



Prefeitura Municipal de Taubaté *Estado de São Paulo*

LEI Nº 6.076, DE 28 DE AGOSTO DE 2025

Autoria: Prefeito Municipal

Autoriza a Prefeitura Municipal de Taubaté a promover licitação para concessão à iniciativa privada tendo por objeto o Parque Natural Municipal Vale do Itaim, Unidade de Conservação da Natureza de Proteção Integral, criada pelo Decreto nº 14.339, de 20 de setembro de 2018.

PREFEITO MUNICIPAL DE TAUBATÉ

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Prefeitura Municipal de Taubaté autorizada a promover licitação visando firmar contrato de concessão tendo por objeto o Parque Natural Municipal Vale do Itaim, Unidade de Conservação da Natureza de Proteção Integral, criada pelo Decreto nº 14.339, de 20 de setembro de 2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 15.236, de 15 de fevereiro de 2022.

§ 1º O contrato de concessão deverá:

- I - prever o acesso e uso de instalações e serviços livres de tarifas cobradas dos usuários e os que poderão ter o acesso e uso condicionado ao pagamento de tarifa;
- II - compatibilizar a utilização de espaços e estruturas de uso exclusivo ou prioritário à municipalidade, possibilitando a continuidade de ações de educação ambiental, esporte e cultura realizadas pela Prefeitura na atualidade.

§ 2º A concessão poderá ser formalizada como concessão de uso ou concessão de serviços.



Prefeitura Municipal de Taubaté *Estado de São Paulo*

Art. 2º Em qualquer modalidade de concessão, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

I - cumprimento do Plano de Manejo da Unidade de Conservação da Natureza, aprovado pelo Decreto Municipal nº 15.676, de 24 de outubro de 2023, e as alterações que vierem a ser aprovadas pelo Poder Público Municipal;

II - consulta sobre a concessão perante o Conselho Consultivo da Unidade de Conservação, criado pelo Decreto Municipal nº 15.422, de 8 de novembro de 2022; e

III - atendimento de todos os requisitos previstos na legislação que rege o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, entre as quais a Lei Nacional nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Art. 3º A concessão a que se refere o art. 1º desta Lei deverá ser precedida da realização de licitação, nos termos da Lei Nacional nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. O edital de licitação deverá especificar as obras e os serviços a serem realizados pela concessionária, bem como os usos possíveis na concessão.

Art. 4º Do contrato de concessão deverão constar os encargos, cláusulas, termos e condições que assegurem:

I - a efetiva utilização dos imóveis para os fins previstos na concessão;

II - a impossibilidade de transferência dos imóveis a qualquer título;

III - o recolhimento de contraprestação pecuniária pela concessionária;

IV - as prerrogativas inerentes ao poder de fiscalização da Administração sobre o uso e a integridade do próprio municipal e da consecução de seus fins;

V - a rescisão da concessão nas hipóteses de:

a) inadimplemento de obrigações legais ou contratuais, especialmente no que tange à legislação ambiental incidente sobre as áreas concedidas;

b) transferência do uso dos imóveis pela concessionária a terceiros;

c) alteração do uso dos imóveis, pela concessionária, para fim outro que não os previstos no Termo de Referência do contrato; e

d) demais hipóteses previstas na Lei Nacional nº 14.133, de 2021.



Prefeitura Municipal de Taubaté *Estado de São Paulo*

VI - dever de obtenção de autorização prévia pela Concessionária, perante os órgãos competentes municipais e de demais níveis de governo, para a realização de atividades científicas e de monitoramento ambiental ou para atividades não previstas no contrato de concessão;

VII - a restituição das áreas ao município ao término do prazo da concessão ou na hipótese de que trata o inciso V deste artigo, com a incorporação ao patrimônio municipal das acessões e benfeitorias de qualquer natureza realizadas pela concessionária, ainda que úteis ou necessárias, sem direito à indenização.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Taubaté, 28 de agosto de 2025, 386º da fundação do Povoado e 380º da elevação de Taubaté à categoria de Vila.

SÉRGIO LUIZ VICTOR JÚNIOR

Prefeito Municipal

GABRIEL DE MIRANDA ALCANTARA

Secretário de Meio Ambiente e Bem-Estar Animal

Publicada na Secretaria de Governo e Relações Institucionais, 28 de agosto de 2025.

ANTONIO CARLOS OZÓRIO NUNES

Secretário de Governo e Relações Institucionais

HUGO DE OLIVEIRA VIEIRA BASILI

Diretor de Assuntos Legislativos



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 63C3-EC45-3363-72C4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ SÉRGIO LUIZ VICTOR JUNIOR (CPF 372.XXX.XXX-76) em 28/08/2025 17:23:54 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ HUGO DE OLIVEIRA VIEIRA BASILI (CPF 331.XXX.XXX-63) em 28/08/2025 18:08:08 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ GABRIEL DE MIRANDA ALCANTARA (CPF 099.XXX.XXX-08) em 28/08/2025 18:09:33 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ANTONIO CARLOS OZÓRIO NUNES (CPF 050.XXX.XXX-62) em 29/08/2025 10:21:46 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://taubate.1doc.com.br/verificacao/63C3-EC45-3363-72C4>